

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
MARIA SOCORRO SALES BEZERRA

**Programa de alfabetização de jovens e adultos – BBEducar na
Comunidade do Sítio Histórico Kalunga**

Monografia apresentada no Curso de
Especialização em Gestão de Políticas
Públicas em Gênero e Raça – GPP-GeR.

Brasília (DF)

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
MARIA SOCORRO SALES BEZERRA

**Programa de alfabetização de jovens e adultos – BBEducar na
Comunidade do Sítio Histórico Kalunga**

Monografia apresentada no Curso de
Especialização em Gestão de Políticas
Públicas em Gênero e Raça – GPP-GeR.
Orientadora Dra.: Analúcia Sulina Bezerra

Brasília

2014

MARIA SOCORRO SALES BEZERRA

**Programa de alfabetização de jovens e adultos – BBEducar na
Comunidade do Sítio Histórico Kalunga**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da
aluna Maria Socorro Sales Bezerra.

Professora PhD. Analúcia Sulina Bezerra – Orientadora
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e
Raça – UnB

Professora Dr^a Nina Madsen - Examinadora
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e
Raça – UnB

Brasília-DF, 10 de junho de 2014.

Milton Santos nos ensina que o lugar é o espaço praticado. Lugar é o espaço dotado de sentido. Praticar o lugar, os diferentes lugares da cidade, vislumbrar frestas, intervalos para perceber e ativar potencialidades.

Agradeço a Deus por acreditar nos meus sonhos e tentar contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Ao realizar este trabalho contei com o apoio de minhas filhas e filho, genros e nora, netos, amigas e amigos, minha família e de minha orientadora pelo estímulo e encorajamento nos momentos de dificuldades. Acreditar foi fundamental como razão para não desistir e evoluir.

RELAÇÃO DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1. Mapa da localização de Cavalcante no Estado de Goiás.....	24
Gravura1 Entrada para o Engenho II.....	25
Gravura 2. Juliana dos Santos Rosa.....	27
Quadro 1. Salas de aulas do Projeto BBeducar no Sítio Histórico Kalunga.....	30
Figura 2. Localização das comunidades dentro do Sítio Histórico Kalunga (SHK).....	34
Gráfico 1. Elaborado a partir das informações da educadora da Fundação.....	37
Gráfico 2. Elaborado a partir das informações da Coordenadora geral.....	37
Gravura 3. Fotos de alfabetizadores cedidas pela FBB.....	40
Gravura 4. Fotos de Atividades em sala de aula, cedidas pela FBB.....	40
Quadro 2. Fonte educadora da FBB com ajuste da pesquisadora.....	42
Tetragrama.....	44

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQK	Associação Quilombo Kalunga
BBEducar	Programa de Alfabetização da Fundação Banco do Brasil
CEPAFRE	Centro Educacional Paulo Freire
CFA	Curso de Formação de Alfabetizadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DF	Distrito Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAT	Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores
FBB	Fundação Banco do Brasil
IASO	Instituto de Alvorada de Agroecologia de Sobradinho
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDBEN	Lei de Diretrizes Nacionais
PBF	Programa Bolsa Família
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,
SHK	Sítio Histórico Kalunga

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS.....	VI
RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VII
SUMÁRIO.....	VIII
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	9
1. IINTRODUÇÃO.....	10
a) CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
b) FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
c) OBJETIVOS.....	14
d) JUSTIFICATIVA.....	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3. METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA.....	20
a) Breve histórico da Comunidade Kalunga no município de Cavalcante.....	23
b) Aspectos Socioeconômicos e culturais.....	27
c) Processo de alfabetização e Educação no Sítio Histórico Kalunga.....	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	47
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXO.....	53
ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	53
APÊNDICE	55
"Para Sara, Raquel, Lia e para todas as crianças"	55

RESUMO

O propósito desse trabalho é conhecer o impacto da alfabetização de jovens e adultos e como foi a recepção do Programa BBEducar na Comunidade Kalunga. Para isso, foi realizada uma pesquisa para obter dados etnográficos através da observação *in loco* de algumas comunidades kalungas para adentrar o mundo das pessoas envolvidas na atividade. Além disso, para observar que fundamentos estruturantes mantêm seus moradores ativos ou não, e que utopias os alimentam, ou não por uma vida melhor, com mais autonomia e liberdade.

Palavras chaves: Alfabetização. Autonomia. Liberdade. Utopia. Comunidade.

ABSTRACT

The purpose of this work was to study the impact of literacy for youth and adults and how was the reception BBEducar Community Program Kaluga. For this, a survey was conducted to obtain ethnographic data through on-site observation of some Kalungas communities to enter the world of the people involved in the activity. Also, to note that structural foundations keep their residents active or not, and that utopias feed them, or not for a better life, with more autonomy and freedom.

Key words: Literacy. Autonomy. Freedom. Utopia. Community.

1. IINTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade conhecer o impacto das ações de alfabetização e a aceitação do programa BBeducar na Comunidade Kalunga, pois somente através de uma imersão no mundo dessas pessoas, de uma convivência e também da ampliação dos enfoques observados nas pesquisas e dos objetivos propostos foi possível perceber os avanços, desafios, demandas e sentimentos da comunidade ao lidar com a alfabetização e suas consequências.

O trabalho teve a perspectiva de desenvolver entre professores alfabetizadores e coordenadores das comunidades envolvidas na atividade alfabetizadora, ações preparativas para a alfabetização de jovens e adultos.

O BBeducar é um programa de Alfabetização de Jovens e Adultos do Banco do Brasil, desenvolvido por funcionários do conglomerado e voluntários das comunidades aberto aos diversos segmentos da sociedade.

Conhecedores do que significa o analfabetismo no país, sabedores de que ele está intrinsecamente ligado à fome e à miséria no seu aspecto mais desumano que faz uma divisão de classe nas limitações e participações nos processos sociais.

Foi a partir de uma experiência bem sucedida de escolarização de funcionários da carreira de serviços gerais (carpinteiros, eletricitas, pedreiros, pintores e outros) que o Banco do Brasil resolveu colocar a serviço da sociedade, através de sua rede de dependências, cuja capilaridade favorece um trabalho extensivo e simultâneo, um Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

A partir de janeiro de 1992, o Programa foi criado e o Banco do Brasil deu sua contribuição para ajudar a solucionar ou minimizar um grave problema social. Foi a resposta da Empresa à meta constitucional, artigo 205, da Constituição Federal. Porém é um exemplo que necessita da participação e envolvimento da sociedade civil – cidadãos, instituições, empresas – exigindo que o Estado cumpra seu papel.

Posteriormente, em 1999 o programa foi transferido para a Fundação Banco do Brasil e como eu trabalhava com o mesmo fui continuar o trabalho na assessoria do programa e continuei sendo educadora formadora de alfabetizadores.

O Curso de Formação de Alfabetizadores (CFA) tem a duração inicial de 40 horas e tem previsto em sua formatação encontros pedagógicos para continuar a formação, tirar dúvidas, acrescentar ideias e ampliar os conhecimentos.

O BBeducar, ao longo de sua trajetória de contribuição para com o alfabetismo de jovens e adultos no país, implementou ações em todas as unidades federativas, respeitando as especificidades locais e reconhecendo os alfabetizadores e alfabetizados como protagonistas da transformação social. O investimento na formação do educador, como mediador nesse processo, foi uma constante para a qualificação da práxis pedagógica, que se estrutura no aperfeiçoamento, pesquisa, estudo e articulação com outros movimentos sociais.

Em sua formatação, tão importante quanto a função do educador, há o reconhecimento do coordenador como sujeito estruturante do processo educacional: planejamento, implementação, avaliação, gestão do projeto e acompanhamento dos alfabetizadores.

Nessa perspectiva, apresenta-se a proposta de formação continuada dos alfabetizadores e coordenadores do BBeducar cujo desempenho contribui para o atendimento dos indicadores técnicos e pedagógicos do Programa, sobretudo no que se refere aos resultados efetivos na alfabetização. Corrobora, nesse sentido, o papel dos mesmos como mobilizadores nos processos de formação e manutenção das turmas de alfabetização, bem como no estímulo à continuidade dos estudos.

A formação continuada dos educadores do BBeducar alinhada à concepção metodológica do Programa estrutura-se no estudo individual, orientação individualizada, formação coletiva e se insere como espaço de ação-reflexão-ação em que a curiosidade, o desafio, a criatividade e o compromisso dialogam profundamente.

Os conceitos construídos e trabalhados pelo BBeducar iam além das questões de leitura, escrita e interpretação. Eles buscavam de fato conhecer aspectos da realidade das comunidades contempladas, visando melhorar sua qualidade de vida a partir dos anseios de seus habitantes, dos sonhos dos seus membros protagonistas.

Participaram dessa formação cinquenta e três alfabetizadores/as, incluindo duas coordenadoras pedagógicas da Comunidade, conforme previsto na formatação da parceria entre FBB e IASO, foram duas turmas com 26 participantes em cada, em uma das quais eu fui a formadora junto com outra colega, pois eram duas educadoras formadoras em cada turma para a execução do programa que inicialmente pretendia alfabetizar 450 alfabetizados.

As pessoas atendidas inicialmente pertencem às localidades de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, todas no estado de Goiás como locais onde as salas de aula seriam instaladas e as atividades desenvolvidas.

A preocupação em ministrar o curso, dava-se em dois aspectos fundantes: a concepção teórica para compreensão da proposta metodológica de alfabetização do BBeducar visando sempre trabalhar a partir da realidade da comunidade onde os participantes estão inseridos e as condições de infraestrutura que enfrentariam para viabilizar as ações de sensibilização, conquista dos alfabetizandos e posteriormente a parte essencial, a aprendizagem.

Existem alguns registros sobre a Comunidade Kalunga que trazem implícitos a questão da alfabetização, mas nenhum dos que pesquisei trata especificamente da problemática da alfabetização/educação. Por isso percebe-se a importância de conhecer e registrar essa experiência.

Na preocupação com a formação dos alfabetizadores, o diálogo e o respeito aos costumes da comunidade foram muito enfatizados e buscando melhor conhecimento da comunidade, verificar que Programas do Governo estão atendendo a Comunidade além do Bolsa Família que foi citado pelos participantes, saber quantas famílias são atendidas, como tem sido tratada a questão de gênero e cor/raça dentre os objetivos e ações de inclusão social.

Nos Programas de Transferência de Renda, alguns índices estão propostos nos textos dos programas, mas acredito que ainda precisariam de mais detalhamentos, por exemplo, a participação efetiva de representantes dos segmentos em fórum participativos com poder de definição (como chegou a ser experimentado no início de alguns programas sociais), bem como na área de educação/alfabetização como essa questão está sendo, ou não, tratadas.

a) CONTEXTUALIZAÇÃO

Conhecer, entender e saber o que já foi feito na área de alfabetização e trabalhar de forma colaborativa com a Comunidade Kalunga, população que foi contemplada com o programa BBeducar, se constituiu em uma preocupação maior de

nossa investigação porque isso nos possibilitaria à elaboração de propostas em vista de sua continuidade, caso confirmados os desejos de ampliação de escolaridade da comunidade.

Tendo em vista que a proposta do BBEducar concebe a alfabetização como um processo de ensino-aprendizagem dialético e dialógico e que tem como objetivo principal possibilitar o uso social da leitura e da escrita a jovens e adultos, bem como estimular o desenvolvimento cognitivo, as expressões de afetividade e o aumento das oportunidades de participação social, pois conforme o depoimento de um educando do BBEducar que após alfabetizado não mais parou de estudar: “aprender é abrir-se às oportunidades da vida”.

A alfabetização de jovens e adultos é uma demanda da Comunidade Kalunga que tem encontrado alguns obstáculos para sua implementação, como: recursos humanos preparados e financeiros adequados para seu funcionamento. Segundo depoimentos de alguns moradores que participaram do curso de formação, não existem lideranças interessadas no desenvolvimento da Comunidade no aspecto de interesse coletivo das pessoas, apenas se interessam para tirarem proveitos pessoais e também de certa forma, eles se sentem usados como “escada” por alguns políticos ou mesmo por pessoas com mais recursos.

Porém, colocar esse conhecimento a luz de um trabalho acadêmico exige conhecimento com a situação antecedente, a pesquisa e o desenvolvimento da mesma após a execução do programa de alfabetização de jovens e adultos, para embasar o conhecimento e ficar de fato com uma fundamentação teórica do processo vivenciado na Comunidade Kalunga.

A importância de aumentar a quantidade de pessoas alfabetizadas viabiliza maior e melhor qualidade de vida, pois a partir do momento em que as pessoas começam a ter sua própria compreensão aumenta seu empoderamento e sua autoestima e por lógica seus sonhos se ampliam, seus horizontes se alargam e a busca por direitos também é uma realidade.

b) FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O programa BBeducar da Fundação Banco do Brasil (FBB) com a proposta metodológica dialética e dialógica na construção do saber, em parceria com o Instituto Alvorada de Agroecologia de Sobradinho (IASO) atendeu às demandas de alfabetização da Comunidade Sítio Histórico Kalunga composta em sua maioria por negros e negras remanescentes de quilombos?

c) OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Avaliar o impacto das ações de alfabetização, e aceitação do Programa BBeducar – alfabetização de jovens e adultos, na Comunidade Kalunga.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar qual a população atendida na área de alfabetização de jovens e adultos na Comunidade Kalunga a partir de 2012.
- Entender a organização, as metas, estratégias de atuação, acompanhamento e resultado do processo.
- Identificar o sentimento da Comunidade atendida ou não, pelo programa.
- Analisar as necessidades de formação dos alfabetizadores, alfabetizados e outros envolvidos com o programa.
- Entender as ações de impacto, caso existam, nos atendimentos aos grupos minoritários e discriminados na comunidade.
- Observar se houve empoderamento nas categorias de gênero, cor/raça a partir da vivência dessas ações e apropriação dos conhecimentos e em que dimensão.

d) JUSTIFICATIVA

Buscar conhecer o resultado do programa BBeducar tem um aspecto muito importante na área educacional, pois saber o impacto dessa ação significa compreender o que de fato pode acontecer a partir da execução do programa, lembrando palavras de Paulo Freire (1996, p. 46): *“Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”*.

Com este trabalho espera-se contribuir para que o processo de alfabetização do BBeducar seja mais efetivo, pois verificando no pós-curso de formação, o resultado da alfabetização percebe-se que foi bom o desenvolvimento do processo no tocante a aplicação da proposta metodológica, e que algumas inconsistências verificadas precisam de fato serem aperfeiçoadas.

Dentre essas questões, alguns fatos foram comprovados, como a necessidade de melhor acompanhamento, pontuando as visitas dos coordenadores aos núcleos de alfabetização de forma mais frequentes, bem como do instituidor e do parceiro, e melhorar a infraestrutura e comprovar que os educadores na verdade aplicaram a proposta dialógica e criativa de forma bem particular, funcionando em cada formato regional e sem tantas dificuldades.

Foi gratificante perceber o vencimento de obstáculos com a criatividade e a motivação em algumas localidades, onde os alfabetizados e alfabetizadores sentiram-se bastante valorizados e com disposição de continuar a lutar também pela sua escolaridade e, ainda a importância de firmar sua territorialidade e concluir que é na organização que se encontra a propulsão da comunidade para as novas conquistas e para a melhoria da qualidade de vida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tratar da alfabetização já necessita de diversos conhecimentos e essa alfabetização para jovens e adultos se amplia a partir do momento em que se busca uma melhor qualidade de vida, onde se trabalha com um lema: ler, escrever e libertar

e onde se aplicam os conhecimentos de vida como fundamentos estruturantes de vida, conforme explicita Freire (1996, p.89):

Não posso aceitar como tática do bom combate a política do quanto pior melhor, mas não posso também aceitar, impassível, a política assistencialista que, anestesiando a consciência oprimida, prorroga, “sine die” a necessária mudança da sociedade. Não posso proibir que os oprimidos com quem trabalho numa favela votem em candidatos reacionários, mas tenho o dever de adverti-los do que erro que cometem, da contradição em que se emaranham. Votar no político reacionário é ajudar a preservação do “status quo”. Como posso votar, se sou progressista e coerente com minha opção, num candidato em cujo discurso, farsante de desamor, anuncia seus projetos racistas?

Então a escolha do Projeto Político Pedagógico é muito importante para o desenvolvimento do programa educacional que se deseja implantar e a partir daí, buscar envolver toda a comunidade para dar sustentabilidade e credibilidade à proposta, para que a formação do corpo docente esteja imbricada com os propósitos dos discentes e dos desejos da comunidade.

Os aspectos culturais contribuem decisivamente, pois daí advêm os resultados das ações de todos os habitantes da Comunidade Kalunga, portanto respeitar seus hábitos, costumes e conhecimentos enriquece o trabalho e facilita a integração de todos.

A proposta político pedagógica e a construção do conhecimento aliada ao construtivismo onde os temas trabalhados são extraídos dos contextos das vidas dos educandos, problematizados e sistematizados de modo a possibilitar a compreensão da realidade com toda sua complexidade e trabalhar em consonância com as escolas públicas brasileiras, adotando as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), inserindo uma visão inter e transdisciplinar na organização dos conteúdos com a participação interativa de todos os envolvidos na perspectiva socioambiental.

Ao trabalhar com as bases do construtivismo na formação de educadores, trabalha-se com as teorias de Emília Ferreiro, Ana Teberosky, Piaget, Vygotsky e Wallon. Ou seja, a concepção teórica da formação está centrada no ser humano, em suas especificidades, histórias de vida, conhecimentos, condições concretas de existência e nos tempos e espaços de aprendizagem dos sujeitos. Emprega-se os estudos de Piaget sobre aspectos da aprendizagem, onde diz que só tem sentido na medida em que coincide com o processo de desenvolvimento do conhecimento, com o movimento das estruturas da consciência e para Vygotsky as características

tipicamente humanas resultam na interação do homem e seu meio sociocultural, para ele o sujeito é moldado pelo social.

Os princípios da educação libertadora de Paulo Freire que norteia a formação de educadores são: leitura do mundo; conscientização; realidade cultural; dialogicidade; planejamento coletivo; educação como ato político de produção e reconstrução dos saberes no processo dialético.

O conhecimento do conhecimento científico nos mostra um caminho a seguir, ou seja, a importância de aprofundar esses conhecimentos respondendo aos objetivos propostos, para entender as ações projetadas e executadas que buscam o desenvolvimento da comunidade e da humanidade.

Morin (2008) apresenta um paradoxo que encontra entre o sociólogo e ator político sobre a importância da complexidade de estudo e aplicação de um método que saiba distinguir e não separar e que saiba provocar a comunicação do que é distinto e diferente.

Portanto realizar esse projeto foi também compreender as ações de alfabetização sob a ótica do letramento, mas também da liberdade e empoderamento das pessoas. Foi, também uma oportunidade de saber quantitativamente um pouco mais sobre a população das minorias existente na Comunidade Kalunga e saber como contribuir para a evolução e integração da mesma com outros setores, ou seja, facilitar a intersectorialidade de ações desenvolvidas.

Entender a história dos grupos marcados por diferenças, ou mesmo os grupos minoritários da sociedade que se tornaram “vulnerabilidades sociais” cabe a reflexão sobre o reconhecimento de direitos das comunidades remanescentes de quilombos, que, conforme Miranda (2012) foi alcançado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, porém sua efetivação tem sido lenta e ocupou por um certo espaço de tempo uma espécie de “brechologia¹”, ou seja foi entrando nas políticas de diversidades, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996 ao inserir as modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, educação indígena, educação do campo e ensino a

¹ Espaço onde profissionais podem aproveitar do descuido das classes dominantes, sendo as brechas aproveitadas como espaço estatístico, como vazio de poder e até como espaço para fazer acontecer, na falta do espaço específico.

distância ainda não atendia ao segmento que também é bem específico – os remanescentes de quilombos.

As pressões sociais têm mais poder de mobilização através das redes sociais e com respaldo na Lei de Diretrizes Nacional (LDBEN):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

Bem como já fala explicitamente o termo educação quilombola quando no art. 28 que trata de educação básica para a população rural e se refere as adaptações e adequações às peculiaridades da vida rural e de cada região em seu parágrafo único:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. [\(Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014\)](#)

Retomando a importância de entender a nomenclatura de comunidades remanescentes de quilombos, que conforme estudos citados por: Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) e Arruti (2006), apud in Miranda (2012):

A acepção *remanescente de quilombo* foi uma formulação negociada para dar conta da grande diversidade de processos de acesso à terra pela população negra escravizada, que incluem: as fugas com ocupação de terras livres, em geral isoladas; heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado; a permanência nas terras cultivadas no interior das grandes propriedades.

Então, a Constituição Federal passou a considerar a identidade étnica do grupo preservada pelas práticas de manutenção e reprodução de seus modos de vida e suas tradições. Quilombola passou a representar de acordo com o decreto 4.887/2003, art. 2º:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A Fundação Banco do Brasil que tem uma área que trabalha com educação e tecnologia social, pressupõe que em função de sua prática pedagógica que já tem uma grande experiência acumulada com seu quadro de educadores, colaboradores, assessores e as comunidades onde tem inserção resolve a partir de 2008, tornar mais audaciosa a prática de desenvolver a tecnologia social de alfabetização de jovens e adultos com metodologias customizadas², ou seja, convênios que priorizassem o atendimento de comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, catadores de materiais recicláveis, assentados da reforma agrária e comunidades da agricultura familiar.

O Programa BBeducar, em seu início teve inserção em diversas localidades, com povos e comunidades tradicionais. Já formou alfabetizadores em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Sergipe, Alagoas, Piauí, Tocantins. Também em comunidades indígenas do Amazonas: Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e seu distrito Iauarete – fronteira com Brasil, Colômbia e Venezuela. Atendeu a assentados rurais do Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins, Manaus, Ceará. Formou catadores de recicláveis no Distrito Federal e Tocantins, além de comunidades de agricultores familiares dos territórios integrados do Vale do Urucuia – Noroeste de Minas Gerais – e do Território dos Cocais no Piauí.

Uma experiência mostra o dia a dia de algumas famílias na comunidade do Vale de Gortuba, entre 2005 e 2007, na micro região de Janaúba, norte de Minas Gerais e apresenta alguns depoimentos da importância do BBeducar nessa comunidade. Sobre o trabalho eles vivem da agricultura de subsistência e também

²Existem convênios Customizados onde a modalidade é de Cooperação Financeira.

cuidam de gado para ajudar na alimentação das famílias. Preservam e cultivam sua cultura, com danças e rufar de tambores e sobre a organização eles estão ocupando posições de poder e de tomada de decisões como: presidência da Associação do Quilombo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, localidade que fica vizinha a comunidade e ainda a disposição para estudar, ou seja, buscam se empoderar de forma mais efetiva a cada dia.

Conforme a fala da presidente da Associação: *“A maioria das pessoas daqui da comunidade, a maioria são todos analfabetos, então isso aí, acho que é um programa muito bom, né! Que as pessoas vai aprender a ler, a escrever, vai aprender a dar valor a suas culturas”*. O Vice-Presidente da Associação que é um aluno dá o depoimento abaixo:

Hoje eu aprendi a ler e escrever sei ler e sei escrever, agora vou encarar a escola com vontade mesmo, porque eu ainda tenho vontade de me formar³, ainda se Deus quiser, e minha esposa também vai estudar, inclusive meu filho vai ser um alfabetizador. Pra mim é uma satisfação, eu hoje como pai estudar com meu filho, isso pra mim é uma honra.

3. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a realização desse trabalho adotou-se algumas práticas de diálogo, para colher informações, pois o nome entrevista não era muito bem aceito pelo entrevistado e ao falar que seria uma conversa não tinha problemas, pois para dois dos entrevistados eles não queriam que eu registrasse o que eles falavam, então parei de escrever e ficamos conversando, depois fiz as devidas anotações.

Foi interessante perceber a importância da forma de fazer algumas indagações para a continuação do diálogo, foi um momento onde funcionou a questão cultural e simbólica das relações humanas, ali fui aprendente do contexto e o entrevistado o ensinante do rumo a tomar, para conseguir o conteúdo que buscava.

Uma das visões de mundo, que conforme a contribuição de Mannheim no método documentário de interpretações apresenta a Etnometodologia⁴ como uma das contribuições do método qualitativo nos estudos sobre educação que transcende o nível de análise indutiva ou dedutiva e instiga a construção de instrumentos analíticos

³ Na verdade ele quer fazer uma graduação, fazer uma faculdade.

⁴ Vertente sociológica fundada por Harold Garfinkel, contribuição que ajuda a entender a ordem social por meio de uma visão peculiar da relação entre agentes e estruturas sociais e que provoca discussões sobre as consequências políticas das teorias sociológicas.

capazes de mapear e dar forma às experiências cotidianas, que carecem de reflexão teórica e de uma postura mais investigativa mais flexível e mais adequada no caso da comunidade Kalunga, mais em consonância com o ponto de vista dos atores em educação e nos aspectos de convivência dentro da comunidade, suas interferências e a subjetividade no processo da pesquisa. Conforme Chizzotti (2003, p.226):

A etnografia, neste período, e o trabalho de Malinowski é, nisso, exemplar, busca fundamentar a descrição científica das observações sobre a vida do “outro”, procurando enquadrar seu relato nos critérios científicos canônicos de validade, confiabilidade e objetividade. O pesquisador descreve o caos dos fatos observados, estabelece os fundamentos da análise, os critérios de comprovação para extrair interpretações generalizantes fidedigna.

Interessante verificar a semelhança entre etnografia⁵ e etnometodologia para a compreensão cultural e postura do pesquisador diante de aspectos interpretativos e comparativos de uma comunidade que convive com a diversidade e com muitas dificuldades de reconhecimento.

O trabalho de pesquisa foi precedido também de uma ampla revisão da literatura, de uma pesquisa documental ou institucional. No trabalho de campo optamos por entrevista estruturada tendo em vista obter mais conhecimento sobre a Comunidade Kalunga, e a partir daí fazer um mapeamento das necessidades, avanços, conquistas, dificuldades, diagnosticar os mecanismos racistas imbricados ou não na comunidade, necessidades de escolarização e de outras inserções em programas de atendimento do governo federal existentes nos municípios habitados pelos Kalungas.

Ainda para obtenção dos dados adotamos procedimentos da observação participante, metodologia qualitativa que exige a presença do pesquisador *in loco*, em contato direto com os atores a prender os sentidos que atribuem àquilo que realizam. Conforme Leininger (1985), apud in Macon e Elsen (2000, p. 637) a observação participante:

Visa, essencialmente, documentar e interpretar a totalidade do que está sendo estudado em um contexto particular, sob o ponto de vista das pessoas envolvidas. Isso inclui, segundo a autora, a identificação, estudo, análise objetiva e subjetiva dos dados, de modo a conhecer o mundo interno e externo das pessoas, através, não apenas da ótica do pesquisador, mas,

⁵ Conforme dizia Spradley (1979) apud in Fino (2011), a etnografia deve ser entendida como a descrição de uma cultura, que pode ser a de um pequeno grupo tribal, numa terra exótica, ou a de uma turma de escola dos subúrbios, sendo a tarefa do investigador compreender a maneira de viver do ponto de vista dos nativos da cultura em estudo.

essencialmente, dos informantes enquanto co-participantes das informações adquiridas e, portanto, co-autores dos conhecimentos produzidos.

Com esse trabalho pretendeu-se saber também qual o sentimento da Comunidade Kalunga para se libertar de algumas amarras, e saber como se encontra o empoderamento das pessoas e como a questão da alfabetização conseguiu abrir ou não, novos horizontes.

É interessante não esquecer conforme diz Azevedo (1992, p.7), que a pesquisa é sempre feita num lugar epistemológico e social. Isso refletiu a opção por um determinado tipo de metodologia e métodos que foram adotados na pesquisa realizada.

Trabalhar com essa metodologia proporcionou também entender questões como ambientes escolares formais e informais de ambientes escolares, mas essencialmente de aprendizagem, de apropriação do conhecimento por vários segmentos que estão inseridos na Comunidade Kalunga como sua própria história, o seu dia a dia onde estão implícitas as relações sociais que ali se desenvolvem.

Para realizar esta pesquisa enfrentei algumas barreiras, como: a dificuldade de locomoção para visitar os locais e entrevistar os educadores, educandos, coordenadores, moradores da comunidade, parceiro e até mesmo conseguir material com a instituidora do programa.

Adentrando a comunidade de Engenho II, onde tem a maior concentração de Kalungas e também de benfeitorias como fruto de conquistas da comunidade que tem o sentimento de muita união entre eles e que sentem orgulho de serem Kalungas.

Foi muito prazeroso o trabalho de pesquisa. Realizar as entrevistas, apesar de poucas, foi de qualidade e deram-me muita satisfação, pois ouvir as histórias que mais adiante detalharei foi uma espécie de recordar e emocionar-se para alguns, perceber para outros e aprender com a conversa das pessoas da comunidade e perceber o sentimento de pertencimento que eles nutrem pela causa dos quilombos.

Com esses diálogos pode-se confirmar que a forma de identidade cultural é muito forte e os pilares de cultura, união e economia representam o tripé para a conquista da liberdade e autonomia. Conforme o antropólogo Jacques d'Adesky (apud in LIMA et all, 2011) sobre a relevância do fator territorial, também confirmado nas conversas com os Kalungas, a questão da luta pela regularização da terra é uma

prioridade e fator preponderante no sentido de firmar a territorialidade do quilombo Kalunga.

Acredita-se na possibilidade de desenvolver um trabalho que possa ter continuidade educacional até porque existem políticas públicas que poderiam ser implantadas ou mesmo ampliadas para a Comunidade Kalunga, mas para isso seria necessário um trabalho de sensibilização e comprometimento junto às lideranças locais bem como buscar fortalecer as parcerias existentes ou novas parcerias, se for o caso.

a) Breve histórico da Comunidade Kalunga no município de Cavalcante

Dentre as comunidades da região Centro-Oeste, a Kalunga é a mais importante nos aspectos numéricos e históricos.

De acordo com dados do IBGE, a primeira penetração no território de Cavalcante ocorreu em 1736, pelo garimpeiro Julião Cavalcante e seus companheiros em busca de novas minas de ouro, pois existia a notícia da descoberta dessa grande mina de ouro de grande profundidade à margem do córrego Lava Pés, na serra da Cavalhada. Então o nome Cavalcante se deu em homenagem ao fundador e colonizador.

Na linha do tempo de Cavalcante de forma bem resumida começa oficialmente com o Arraial de Cavalcante, em 1740, fundada pelo bandeirante Diogo Teles Cavalcante e Domingos Pires do Prado, com o governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas.

Antes da atividade de ecoturismo predominante nos dias atuais, tinha a formação natural da maioria dos quilombos existentes no Brasil, que eram mais de 9 mil escravos fugitivos que se escondiam nos grotões e vãos da serra do Vale do Paranã, trabalhavam na fundição de ouro, quando já havia sido elevada à freguesia por ordem do governador da Capitania de Goiás, D. João Manoel de Melo, em 1794. Cavalcante passou a distrito em 1831.

Desde os tempos distantes, o isolamento do povo Kalunga nos vãos do Rio Paraná foi sua defesa contra a sociedade dos brancos, onde os senhores de escravo podiam querer de novo reduzir os quilombolas à escravidão. Conforme a Sra. Getúlia

Moreira da Silva, esposa do líder comunitário e também uma das líderes femininas na localidade Engenho II disse: Esse isolamento foi por necessidade e também por medo, pois mesmo quando a escravidão já havia acabado, as marcas ainda eram muito visíveis no corpo de algumas pessoas com quem seus pais conviveram. “Eram marcas de ferro quente e corte na orelha como sinal de propriedade do patrão branco e rico”. Ela se emocionou ao lembrar-se das histórias contadas por sua avó, pois não chegou a conhecer essas pessoas, mas sabe que essas marcas ainda doem na sua mente, era muito desrespeito ao povo negro e pobre.

Ela é uma artesã, transforma flocos de algodão com caroço num carretel pronto para ir ao tear manual, de onde saem coisas lindas como ela diz: cachecóis, jogos americanos, cobertura de mesa e outros utensílios. Ela ensina as novas gerações. Ela também falou da importância das parteiras, assegura que tanto as mães como a criança ficam mais saudáveis e tranquilas.

Disse ela: *“Hoje os Kalungas que vivem aqui no Engenho II e em outras regiões próximas lutam por seus direitos, por suas terras e por um futuro melhor. Esse governo tem sido bom, mas nós precisamos continuar lutando”*.



Figura 1. Mapa da localização de Cavalcante no Estado de Goiás
Fonte: Disponível em www.pt.wikipedia.org.

Cavalcante situa-se no nordeste goiano, numa área de 6.953,646 km², na Chapada dos Veadeiros, na Serra Geral do Paranã, ponto mais alto do Planalto Central. No município encontra-se uma das poucas comunidades negras descendentes de escravos fugitivos, um quilombo, conhecido como a região dos Kalungas, que tem difícil acesso e uma área de 204.000 hectares.

O território Kalunga foi caracterizado como Patrimônio Cultural e Sítio de Valor Histórico, conforme lei aprovada em 10 de janeiro de 1991 e sancionada pelo governador do Estado de Goiás, com base no dispositivo da Constituição (parágrafo 5º do art. 21). Mas os Kalungas continuam na luta pela regularização de suas terras que têm sido invadidas por projetos agrícolas, mineração, construção de hidrelétricas e por especuladores que por meio de várias formas de constrangimento querem se apropriar de suas terras. Eles são em torno de 3.500 habitantes distribuídos em cinco núcleos de maior importância: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Cotenda e Kalunga e por uma centena de outras localidades.

Nos tempos atuais eles praticam a agricultura como atividade de subsistência e participam do mercado regional. Eventualmente trabalham como empregados ou ainda vendendo e trocando produtos agrícolas. Sua organização social se baseia fundamentalmente, nos grupos familiares.



Gravura 1. Entrada para o Engenho II – Foto de Socorro Sales⁶

⁶ A pesquisadora responsável pelo trabalho.

Visitar a Comunidade de Engenho II foi de muito proveito no sentido de conhecer melhor a vida da comunidade Kalunga, seu dia a dia, suas lutas, lideranças e afazeres. Dentre esses conhecimentos destaco a figura de um líder que é o presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK) e se dispôs a contar um pouco da história de seu povo e contar com orgulho, com emoção e com saudosismo, pois nessas lembranças existem sofrimentos como uma história de um senhor que mancava devidos os maus tratos recebidos na época da escravidão e seu jeito de falar que não era tranquilo.

Ele contou com muita ênfase: "Nossos antepassados foram guerreiros e nos deixaram essa herança. Também somos guerreiros, lutando pela regularização fundiária". Conheceu a dona Joana Cesária de Torres, que faleceu há tempo atrás com 112 anos, ela conheceu escravos, como o seu padrinho, que era marcado no rosto. Hoje, os Kalungas lutam pelo direito de continuarem vivendo em suas terras, já tão marcadas pela luta e pela liberdade, tem muitos jovens que estão se interessando por essa luta e também para conhecer a história dos Kalungas.

Desde o Governo Lula a comunidade já conta com algumas melhorias, pois hoje, eles estão retomando a luta de outro jeito. Antes já brigaram muito com os fazendeiros, mas agora estão lutando do mesmo lado para fazer pressão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo com interesses diferentes. Disse ele: "*Os fazendeiros querem a indenização de suas terras e nós queremos a regularização fundiária para a comunidade quilombola aqui residente*".

Ao ser questionado sobre a organização do Engenho II ele disse: "Estamos bem, mas precisamos continuar unidos e lutando para que o governo faça mais força para regularizar nossa situação". Existe muita pobreza na região, falta transporte, educação, saúde, embora o Engenho II seja a única comunidade que tem o 3º ano do ensino médio e está beneficiado pelo Programa Luz para Todos, tem continuar buscando melhorias. Ele mesmo já se inscreveu no Programa Minha Casa Minha Vida. Também falou da ajuda que recebeu em 2012, do Dr. Francisco Antônio Gomes, um senhor de Santa Catarina, na construção do restaurante que está quase concluído e em tempos de grandes movimentações do ecoturismo ele e a esposa trabalham bastante e ganham bem para servir a alimentação aos visitantes.

Ele fala sobre a importância da participação dos mais jovens nas reuniões como forma de conhecer a história do seu povo e já se integrarem na luta para preservar a história de seus antepassados e adquirirem a consciência de quererem se firmar como pessoas de direitos em solo que sabem lhes pertencem. Essa pintura abaixo é de sua mãe, fica ao lado de sua casa e lhe foi ofertada por um artista plástico africano que reside em Goiânia.



Gravura 2 – Juliana dos Santos Rosa⁷
Obra de um artista plástico africano, residente em Goiânia⁸
Foto: Socorro Sales⁹

b) Aspectos Socioeconômicos e culturais

Na pesquisa realizada foi possível identificar uma grande necessidade de emprego, de ocupações remuneradas. A cada momento sempre surgia o questionamento: Vai haver continuidade desse trabalho de escolarização, ou pelo menos de alguma ocupação para nós? Essa foi uma demanda geral.

⁷ Mãe do líder Sirilo dos Santos Rosa.

⁸ Não lembra o nome, foi um presente dele ao Sr. Sirilo.

⁹ Idem ao item 5.

A atividade principal entre os entrevistados é a agricultura de subsistência, o trabalho doméstico. Reconhecem que nos últimos anos a vida deles melhorou muito, mas tem uma questão que é fundamental para efetivar essa melhoria que a regularização das terras dos Kalungas.

O presidente da Associação falou sobre a importância da Associação Quilombo Kalunga (AQK), para o desenvolvimento de muitas atividades e projetos no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, falou sobre o Projeto Kalunga Sustentável que teve como objetivo melhorar a capacidade profissional e gerar novas oportunidades de trabalho para as comunidades Kalungas, melhorando a qualidade de vida e cidadania dessas comunidades afrodescendentes. Esse projeto teve o patrocínio da Petrobrás, por meio do Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania, foi tudo aprovado em 2014, este ano, mas foi desenvolvido entre 2011 e 2013.

Dentre as melhorias que aconteceram foram: cursos modulares para guias, esse formato facilitou para a comunidade a compreensão e também as questões de tempo e distâncias, cursos para cozinheiras, cursos para gestão de projetos e cursos para frutos do cerrado. O turismo fortaleceu muito essas comunidades, tornou-se um trabalho mais profissional e todos passaram a ser mais respeitados.

A Associação é privilegiada, pois está situada em uma área de cerrado preservado entre serras, rios, cânions e cachoeiras, na Chapada dos Veadeiros. Essas comunidades, em torno de 60, mantêm vivas: a cultura com artesanatos, danças e outras manifestações culturais como a Ladainha em Latim, romarias, folia e curraleira – Sussa¹⁰.

As Comunidades Kalungas continuam mobilizadas e agora estão com o apoio de alguns fazendeiros que mesmo com interesses diferenciados estão pressionando o INCRA para agilizar essa regularização. Os fazendeiros querem a indenização das terras e os Kalungas querem o documento de posse para poder melhor aproveitar as oportunidades de financiamento e exploração das áreas demarcadas.

¹⁰ Dança praticada por grupos de jovens e adultos, É tocada pelos músicos foliões. Tanto os homens como as mulheres podem cantar. Ela pode ser dançada entre casais, com os corpos se aproximando e se afastando, dando “umbigadas”. Em outros momentos, somente os homens cantam e somente as mulheres dançam. Nesse caso, os volteios são mais constantes, lembrando o candomblé.

Boa parte dos entrevistados faz parte de algum programa de transferência de renda do Governo Federal como: Renda Minha, Programa Bolsa Família, já cadastrados no Programa Minha Casa Minha Vida e na Comunidade Engenho II a população está beneficiada com o Programa Luz para Todos.

As famílias têm várias características de formatação, algumas no formato nuclear (pai, mãe e filhos), outras no formato extensa (pai, mãe, filhos e agregados), também foi falado num formato de família que eles chamam “germinada” eles consideram assim, quando as casas são ligadas, têm comunicação direta, se ajudam mutuamente, mas são independentes, cada família tem sua vida.

As comunidades pesquisadas se assemelham muito no estilo de vida, porém a mais desenvolvida e maior é Cavalcante, mas as necessidades são as mesmas. A questão da mobilidade em todas tem o mesmo grau de dificuldades, pois as atividades ocorrem nos distritos. Os problemas sociais encontrados em Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre se assemelham muito, pois há necessidade de assistência médica, faltam escolas e a péssima qualidade das vias de acesso são as mesmas.

Muitos benefícios já têm chegado às comunidades quilombolas como a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), é importante para a agricultura familiar, pois funciona como um instrumento de identificação para acessar as políticas públicas do Governo Federal. Para o Sítio Histórico Kalunga (SHK) veio um mutirão para atender as comunidades de Teresina de Goiás, foi muito importante, pois o deslocamento dessas pessoas é difícil, então essas conquistas vão melhorando e facilitando as condições de vida dos Kalungas.

c) Processo de alfabetização e Educação no Sítio Histórico Kalunga

A maior parte dos entrevistados, que foram 12, sendo 8 mulheres e 4 homens, participou do Curso de Formação do BBEducar, na condição de alfabetizadoras e foi uma surpresa gratificante perceber que conseguiram desenvolver o trabalho de alfabetização a contento, sem muitas dificuldades pedagógicas, mas com algumas restrições aos problemas de infraestrutura, o material era pouco e o apoio recebido também, mas o que mais foi alegado mesmo, foi a falta de continuidade, pois esse foi

um desejo manifestado pela grande maioria dos educandos, eles querem continuar sua escolaridade.

Trabalhar na comunidade de Engenho II, município de Cavalcante, e nos municípios vizinhos: Teresina de Goiás e Monte Alegre foi prazeroso, pois todos se sentiam muito apoiados, tanto educadores como educandos, a convivência entre os Kalungas é muito solidária, eles se ajudam e se apoiam de fato.

Tive a oportunidade de entrevistar duas coordenadoras, a coordenadora geral, a pessoa que fez o acompanhamento, os parceiros e alguns professores e alunos, bem como lideranças que não estavam participando do processo de alfabetização, mas fazem parte de todas as ações da comunidade dos Kalungas.

Na visão das quatro alunas entrevistadas o sonho é continuar os estudos, mas não tem como, não existe sala de EJA para atendê-las e do ponto de vista das professoras, além do desejo é também uma grande necessidade e ampliaria os conhecimentos e as manteria com alguma ocupação com remuneração, mesmo que pequena.

Agora um resultado um pouco segmentado por município, das entrevistas com as coordenadoras:

LOCALIDADE	TURMAS	ALFABETIZANDOS	ALFABETIZADOS
Cavalcante	23	342	317
Monte Alegre	08	180	142
Teresina de Goiás	07	175	115
Totais	38	697	574

Quadro 1. Salas de aulas do Projeto BBeducar no Sítio Histórico Kalunga, elaborado a partir dos dados fornecidos pelas coordenadoras de cada região.

Em Monte Alegre a coordenadora acompanhou sete turmas, nas quais havia predominância de mulheres e que houve pouca evasão, 115 pessoas conseguiram se alfabetizar, ela não lembra o total de pessoas que iniciaram, mas que foram poucas as desistências, apenas uns três ou quatro por sala.

A situação em Teresina teve mais estrutura, pois eram dois educadores em cada uma das sete salas e começou com uma média de vinte e cinco educandos/as em cada uma, porém a desistência foi maior tiveram muita dificuldade com transporte e como em Monte Alegria, a maioria era de mulheres, elas demonstravam bem mais

interesse e ao questionar o motivo, a hipótese da coordenadora era de que as tarefas domésticas, mesmo sendo muitas, não ficavam tão fatigadas.

Porém em Cavalcante a situação difere um pouco em termos de organização, pois a coordenadora geral acompanhou mais de perto, inclusive com visitas aos vinte e um povoados e comunidades onde funcionavam salas de aula. Participaram 387 alfabetizando/as, sendo que 248 mulheres e 139 homens, também teve a predominância de mulheres, porém ela tem o registro de que foram mais de 250 pessoas, nas anotações dela constam 317, não tem muita segurança, porém sabe que uns 40 desistiram. A maior expectativa era continuar os estudos, mas nem na sede do município teria como atender a essa demanda. Foi uma frustração para muitos nesse aspecto, mas por outro lado houve uma grande alegria para aqueles que aprenderam a ler, tiraram nova identidade e se tornaram mais participativos.

Dentre os participantes, em sua maioria mulheres, sem um dado estatístico seguro, pois apenas em Cavalcante foi possível obter essa informação que constou de 56% de mulheres e 44% de homens, tendo em vista que os dados foram enviados ao parceiro e à Fundação e não consegui cópias dos mesmos em função dos aspectos burocráticos.

As localidades de moradia dos educandos eram distantes e a grande maioria sem acesso a transporte, saúde, educação e saneamento que não chegava a ser o básico, não tinha mesmo o mínimo.

Para realizar essa pesquisa após o planejamento do questionário que foi aplicado, ocorreram poucas alterações, na verdade foi difícil localizar as pessoas que estudaram nas salas de aula do BB educar, bem como os educadores, pois as distâncias são grandes e a dificuldade de locomoção maior ainda. As respostas foram muito parecidas, é como se não tivesse havido dificuldades e que tudo tinha sido muito bom, porém ao falar de perspectivas futuras até parecia “ensaiado” era sempre a vontade de continuar os estudos. Porém foi uma conversa agradável e de um modo geral satisfatória.

Nas entrevistas com educadores além da confirmação de aspectos explicitados pelas coordenadoras como: não tiveram dificuldades com a metodologia aplicada, pois estavam muito próximas e se ajudaram mutuamente, bem como os educandos e

educandas eram pessoas simples e bem próximas, era quase uma extensão familiar, esse aspecto é comum na comunidade Kalunga.

Porém sobre o material falaram que deixou a desejar, ou seja, precisam de mais material para diversificar o ensino. Quando alguém estava cansando de vir para a escola recebia incentivo da professora e dos colegas para não desistir e isso acontecia sem muito esforço, pois na verdade eles queriam estudar, mas começavam a achar que iria ser só aquilo, que não teriam como continuar a estudar.

Um aspecto que as educadoras valorizaram foram as visitas recebidas pelo parceiro do Programa, no caso o IASO, na pessoa do seu presidente e das coordenadoras que estavam sempre disponíveis para ajuda-las, por outro lado reclamaram a falta de mais oportunidades de aprendizagem e a presença da Fundação, ou seja, houve um acompanhamento por uma educadora da Fundação e os dados divergem um pouco dos que foram informados pela coordenadora geral.

Da parte dos educandos, só viram coisas boas, sentiram-se muito valorizados e em família, foi muito bom aprender com as próprias pessoas da comunidade, aprenderam a ler, a escrever, a falar melhor, a ter mais coragem de participar das reuniões e das lutas. Mas também ao saber que estava pesquisando sobre o BBeducar, a primeira pergunta era: Vai continuar? E da parte dos educadores também gerou essa expectativa.

Esse Programa tinha uma ajuda para os educadores, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), o que representou muito para uma região onde a maioria das pessoas não tem nenhum tipo de rendimento fixo, pois mesmo quem trabalha como guia turístico, passa um bom tempo sem trabalhar, fato que só ocorre em períodos de alta temporada.

Eles consideram que houve mudanças significativas na vida deles, como ter um documento assinado, sentiram-se mais firme como cidadãos e cidadãs, outro aspecto comentado foi de se perceber como agente de seu conhecimento, pois estava aprendendo com alguém igual a eles e também tinham algo para ensinar.

Essa prática pedagógica na relação do educador-educando fortaleceu o conhecimento porque ambos eram aprendizes, mas com papéis diferenciados. O alfabetizador na condição de pesquisador, problematizador, sistematizador e ensinante faz a mediação entre o alfabetizando, o conhecimento e o contexto. O

alfabetizando na condição de curioso, explorador, descobridor, sistematizador e aprendiz é sujeito de seu processo de aprendizagem. Ambos interagem permanentemente na prática educativa por meio de vínculos afetivo-cognitivos.

A frequência da maioria dos alfabetizandos fortaleceu muito a atividade educadora, tanto como incentivo como possibilidade de crescimento profissional.

No aspecto de planejamento os professores gostariam de ter tido mais apoio, fato que não foi unanimidade, pois em algumas localidades onde as salas de aula eram mais próximas, os educadores conseguiram trocar ideias, e também tiveram mais visitas das coordenadoras.

Esse fazer pedagógico para os professores funcionou com os conhecimentos adquiridos no curso de formação, leitura do material didático que receberam e o conhecimento de mundo e experiência de vida serviram como suporte e a confiança que foi gerada entre alfabetizandos e alfabetizadores, foi um acordo democrático entre os saberes e compromissos dos envolvidos.

Dentre os alfabetizandos houve o estabelecimento de um clima de grupo, que de certa forma teve o fortalecimento da união dos Kalungas e nas salas de aula o aspecto da importância de viver em grupo. Essa construção surgiu de forma muito natural, pois quando um alfabetizando faltava, alguém do grupo já se prontificava, a saber, o que tinha acontecido e se fosse desânimo iriam animá-lo, se fosse cansaço, a sugestão de alterar as tarefas de sua rotina e se fosse frustração por não aprender rápido, havia por parte dos demais muita solidariedade e sentimento da importância do avanço da coletividade.

Diziam eles: *“se já conseguimos que viesse uma “escola” para nossa localidade, não vamos perder essa oportunidade, vamos continuar nossos estudos e sempre olhar pra frente”*, isso foi repetido por alguns entrevistados.

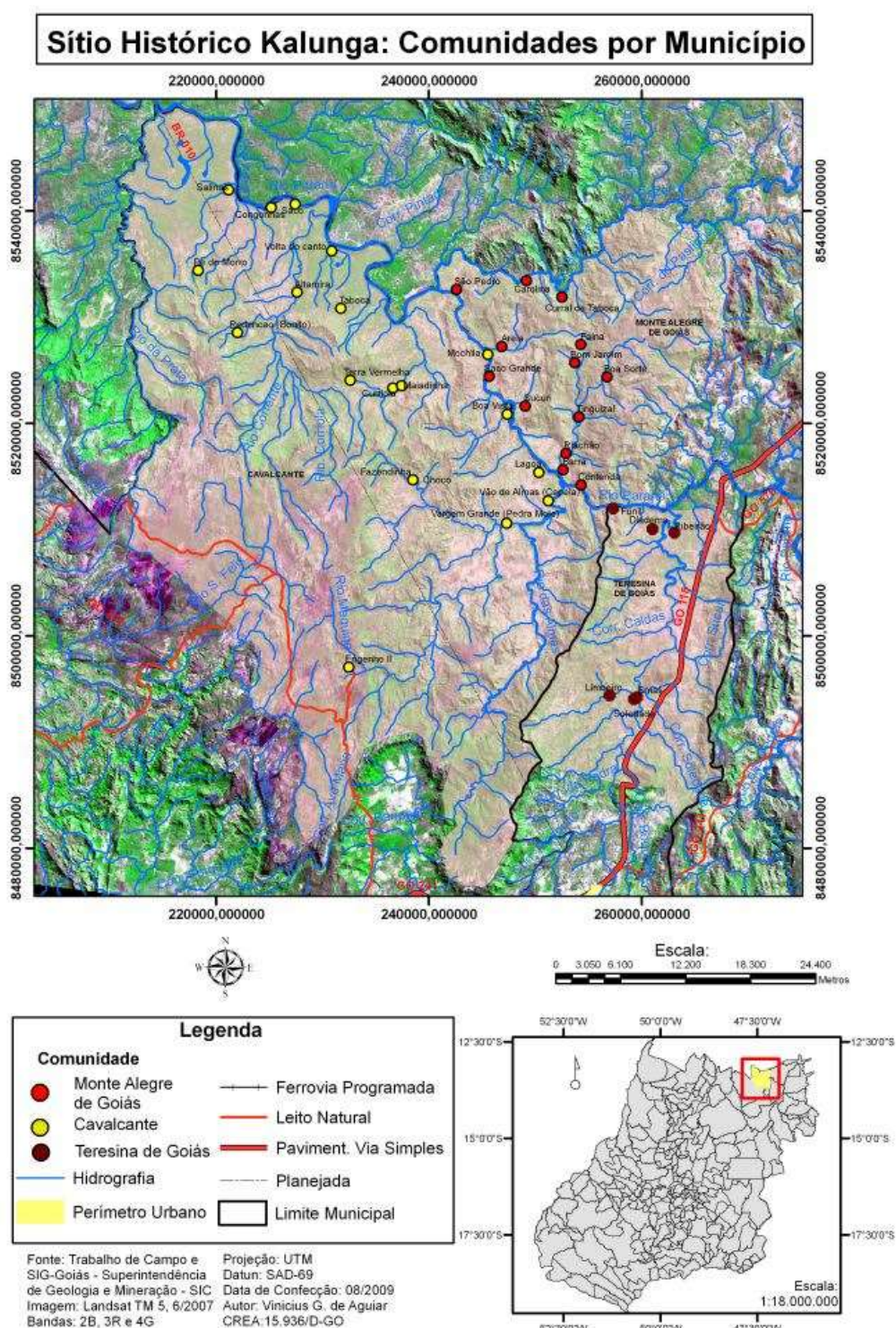


Figura 2. Localização das comunidades dentro do Sítio Histórico Kalunga (SHK)

No Engenho II onde consegui conversar com lideranças e conhecer um pouco mais a história dos Kalungas contadas por eles, nos aspectos educacionais também são muitas as angústias pela vontade de continuar a escolaridade, mas também se

consideram beneficiados por algumas conquistas importantes, mas com consciência de que tudo foi fruto de muita luta e união do povo Kalunga.

Em Teresina de Goiás e Monte Alegre a situação é mais difícil no sentido de mobilidade, de contatos políticos, pois segundo coordenadora, ao procurarem a implantação de salas de EJA ou mesmo o PRONATEC Campo, a informação da Prefeitura de Monte Alegre é que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Campo não foi para o município e que ainda não tinham data para implantar salas de EJA. Em Teresina a coordenadora está na área de saúde e não soube informar a situação e que a atuação do município tem se voltado muito para o ecoturismo, com destaque para a Cachoeira o Poço Encantado.

Um destaque para a Cachoeira citada é a presença de dois grupos que ocupam posições distintas na estrutura social. De um lado a proprietária da Cachoeira e do outro a Comunidade Kalunga. Ambos os segmentos fazem parte de um mesmo processo de definição territorial. Em decorrência disso, é possível afirmar que entre a proprietária do Poço Encantado e a Comunidade Kalunga existem vínculos relacionais. Assim, as relações entre os dois segmentos possuem raízes históricas inquestionáveis.

Em Cavalcante fiz visita à secretaria de educação para saber a situação e funcionamento de salas de EJA e fui orientada a procurar a única escola que atendia a jovens e adultos, mas não sabia se estava funcionando alguma sala de EJA. Visitei o Colégio Tia Ceci, que foi a escola indicada. Conversei com a diretora e ela informou que não tinha no momento nenhuma sala de EJA, para essa finalidade, lá funcionam salas de aula para os ciclos de 1ª a 4ª série e da 5ª a 8ª série e que mesmo essas não funcionam dia de sexta-feira é um dia reservado para o planejamento e atendimentos individualizados, ou seja, não foi possível me atender.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a pesquisa, deparei-me na prática com o problema da mobilidade comentado pela maioria dos entrevistados, não existe transporte para as localidades atendidas pelo programa onde funcionaram os núcleos de alfabetização.

Conforme Bezerra (2012) sobre sua pesquisa na comunidade de Bastiões, interior do Ceará, houve algumas reações sobre o seu papel de pesquisadora, como alguém que insuflasse a organização. Senti algo na mesma perspectiva, porém devido eles terem me associado à FBB, despertou-se entre alguns um sentimento de esperança, para a continuidade dos estudos por parte de uns, um aumento de renda para os professores e mais uma oportunidade para os Kalungas. Percebi muitas semelhanças entre as duas comunidades nos aspectos da religiosidade e do sentimento de pertencimento, dos aspectos associados à questão fundiária.

Portanto, conclui-se que um dos principais pilares desse despertar é mesmo a conscientização dos protagonistas dos quilombos e das informações e formações que estejam desenvolvendo na comunidade nos aspectos de organização, empoderamento e territorialidade.

Além das informações conseguidas in loco, também consegui dados que foram feitos pela educadora da Fundação que fez o acompanhamento do programa de forma parcial, pois o convênio não previu essa parte na íntegra, ou seja, a quantidade de visitas e a realização dos encontros pedagógicos ficaram por conta do parceiro que em função de problemas financeiros também os realizou da forma possível e não da ideal.

Conforme os enfoques teóricos do curso de formação de alfabetizadores (CFA), as práticas de alfabetização e escolhas metodológicas se articulam coerentemente e acontece a práxis pedagógica.

Nas entrevistas com os educadores o processo de alfabetização ocorreu de forma muito tranquila e não houve dificuldades para aplicar a metodologia prevista, pois sempre aproveitavam os fatos da rotina dos envolvidos e teciam discussões que iam desde a escrita dos próprios nomes, às questões da organização da comunidade, principalmente no aspecto de regularização da terra, que ainda é um entrave para eles e precisam que todos lutem para conseguirem pressionar o governo, conforme muito bem explicitado pelo líder comunitário.

Os resultados apresentados divergem em alguns aspectos, comprovando as dificuldades já citadas e ainda o desencontro de dados, pois esse aspecto para eles não era tão relevante, embora a Fundação tenha o cuidado de realizar registros fidedignos, nessa peculiar situação, houve um convênio firmado que previa metas,

tempo de duração do programa, orçamento e corresponsabilidade da instituidora, parceiro e comunidade.

BBEDUCAR NO SÍTIO HISTÓRICO QUILOMBO KALUNGA

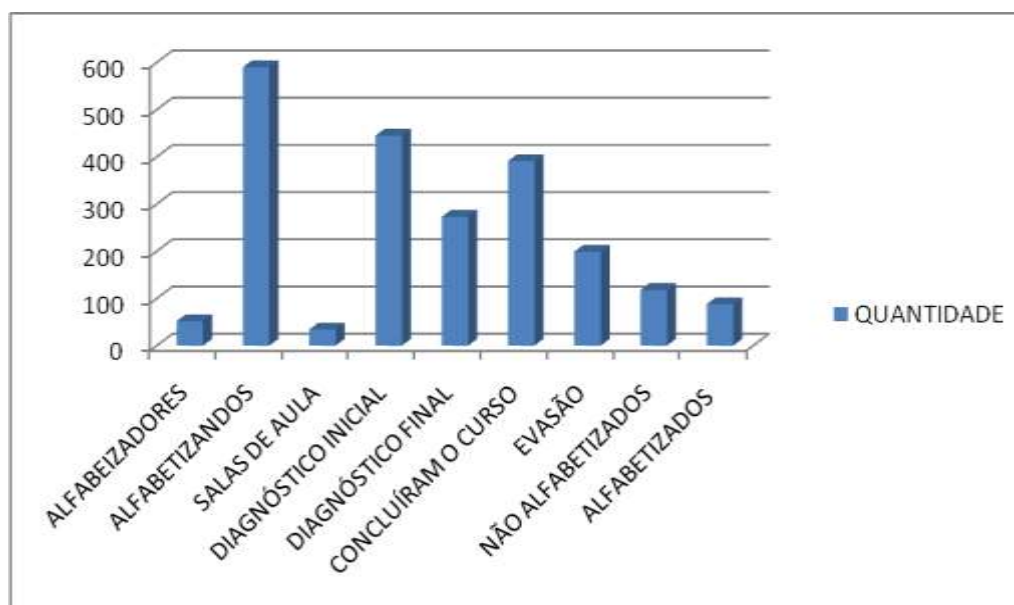


Gráfico 1. Elaborado a partir das informações da educadora da Fundação que fez o acompanhamento do programa.

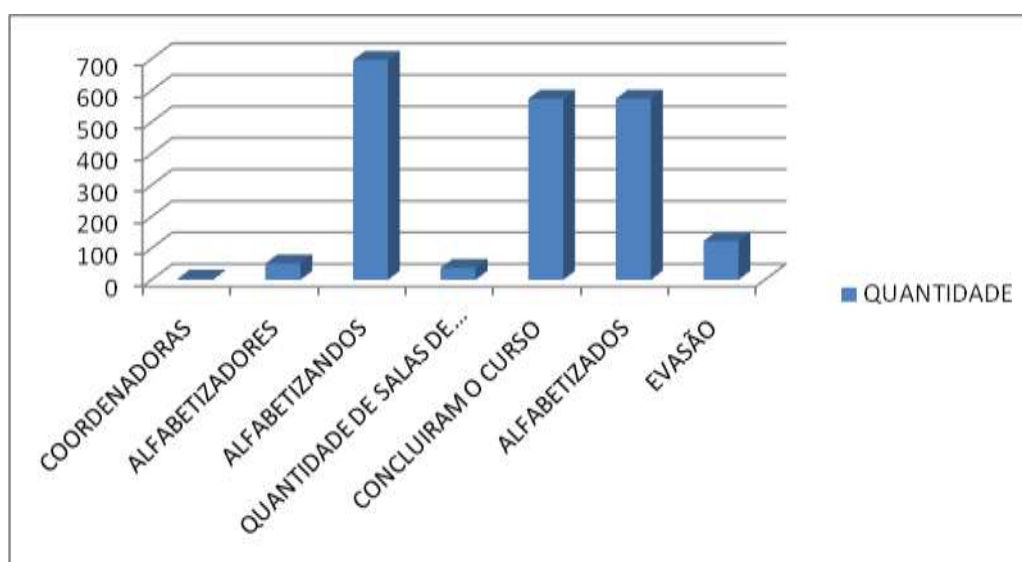


Gráfico 2. Elaborado a partir das informações da Coordenadora geral e coordenadoras de cada comunidade contemplada com o programa BBeducar.

As informações divergem principalmente no tocante ao número de alfabetizandos desde o início ao término. Para as coordenadoras o diagnóstico

realizado por elas foi muito simples e não continha tantos detalhes e o outro aspecto mais discrepante que foi o número de alfabetizados.

Isso nos remete a uma boa reflexão: o curso de formação foi suficiente para concluir todo o processo? Os encontros pedagógicos realizados identificaram essas dificuldades ou ainda quando considerar um educando alfabetizado? A compreensão foi a mesma para coordenadores, alfabetizadores e educadora da Fundação?

Ambas as fontes têm suas justificativas, mas para melhorar a educação brasileira precisamos na verdade trabalhar bem as ferramentas essenciais sobre a oralidade, interpretação, leitura, escrita e matematização, pois os números e percentuais mostram essa divergência como algo a se compreender melhor. Enquanto os dados de evasão para as coordenadoras foram de 17,64%, para a educadora da Fundação foi de 33,72% e esse percentual se torna bem mais diferente no aspecto de alfabetizados, mas sem segurança das informações.

Foi muito importante realizar essa pesquisa para ter o conhecimento e aprofundamento real do processo de alfabetização incluindo a formação dos alfabetizadores e a responsabilidade de todos os envolvidos, visitando as localidades onde as salas de aula foram desenvolvidas e compreender melhor a vida da comunidade do quilombo Kalunga que para mim foi um trabalho desafiante.

Perceber que as demandas sociais surgidas nos últimos anos estão expressas nos novos decretos, nas novas leis que atendem reivindicações de agentes sociais que anteriormente foram silenciados pela história, como é o caso dos negros.

A lei 10.639 de 2003 aborda a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade da temática “história e cultura afrobrasileira” (BRASIL, 2003, p.1), bem como, da Resolução Nº 1, de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, mas na prática essas questões ainda estão longe de serem efetivas.

Porém, é fundamental iniciar um processo de reflexão sobre a importância do trabalho de alfabetização/educação, a importância do envolvimento da comunidade, a atuação dos parceiros e do instituidor, e ao mesmo tempo questionar as ações efetivas dos poderes públicos em todas as esferas, mas de modo específico nos municípios onde as ações de alfabetização se realizaram.

É importante conhecer e lutar pela definição e redefinição do papel do Estado, pois da forma que está ele tenta ajustar suas políticas voltadas para o mercado com sua legitimidade junto à sociedade.

A responsabilidade do Estado deixa muito a desejar, principalmente no tocante à implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais, pois, embora espaços de lutas sejam abertos por ações sociais e direitos sejam conquistados, os interesses do capital são constantemente reafirmados e tutelados pelo ente estatal o que reflete diretamente na criação e implementação de políticas públicas, inviabilizando a concretização dos direitos declarados e garantidos em lei. Conforme afirma Locca (2013, p.11):

Atualmente, existem políticas públicas específicas para comunidades quilombolas na área da saúde, educação, cultura e regularização fundiária, a maioria integrante do Programa Brasil Quilombola (PBQ) que incorpora ações orçamentárias de diferentes pastas, coordenado pela SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, incorporado ao Plano Plurianual em 2004, tendo como meta garantir às comunidades quilombolas o acesso à terra e às políticas públicas que lhes propiciem melhores condições de vida.

A regularização fundiária ainda é o principal eixo de luta da comunidade quilombola. A Associação Quilombo Kalunga participou de muitas reuniões para tratar desse tema, juntamente com algumas entidades e órgãos do Governo, inclusive uma audiência pública, em 2005, envolvendo os três municípios de Goiás: Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante, que sediou a reunião. A Associação tem consciência de que precisa avançar para os outros aspectos sociais, econômicos e culturais, mas também reconhece que os Kalungas não estão representados pelas lideranças políticas e que as conquistas são frutos de suas lutas e união.

Isso fica bem delineado na correlação de forças entre os trabalhadores, donos de terras e governos e que os Kalungas souberam unir-se aos donos de terras para pressionar o governo. O antagonismo pode convergir em algumas situações e fortalecer uma luta comum com objetivos tão diferenciados, conforme citado acima.

No Curso de Formação de Alfabetizadores quando se trabalhou o tema conjuntura nacional, foram discutidos aspectos importantes da luta dos Kalungas como a questão fundiária, a importância da participação deles na Associação para fortalecer as reivindicações da comunidade, bem como buscar mais: recursos, capacitação e qualidade de vida com participação nos programas do Governo Federal e na construção de políticas públicas.

Os trabalhos de alfabetização nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre foram desenvolvidos em muitas ocasiões de forma bem criativa e estimulando a autoestima do grupo, na prática eles se sentiram capazes de desenvolver atividades do cotidiano e refletir sobre essas ações na luta por uma vida com mais qualidade. Essas atividades incluíram: falas, teatro, mapas, cantos, lanches e com envolvimento das famílias, com a presença de bebês e muita alegria, as ações foram bem produtivas para a aprendizagem.

Algumas fotos de alfabetizadores, cedidas pela Fundação, com apoio da educadora contratada:



Encontro dos alfabetizadores Kalungas, em 15/06/2013 – foto cedida pela FBB.

Encontro de alfabetizadores em Teresina de Goiás, em 15/06/2013 – foto cedida pela FBB.

Gravura 3. Fotos de alfabetizadores cedidas pela FBB



Cartaz com a atividade dos nomes desenvolvida em sala de aula, apesar de aspecto rústico, a aprendizagem fluiu bem.

Uma amostra da estrutura de uma sala de aula em diadema I, em Teresina de Goiás e que apesar do espaço havia muita motivação e vontade de aprender. A evasão nessa sala foi mínima. Foto cedida pela FBB, faz parte dos registros de acompanhamento das turmas.

Um mapa da comunidade de Diadema I, Teresina de Goiás, feito pela turma e foi muito interessante perceber como as salas funcionaram no ritmo de seus educadores, motivados, criativos e sempre dispostos a inovar as propostas com os alfabetizandos.

Gravura 4. Fotos de Atividades em sala de aula, cedidas pela FBB, fazem parte dos registros efetuados pela educadora contratada.

A comunidade recebeu o programa com muita esperança e animação e com expectativa de que a partir desse primeiro momento possam melhorar a escolaridade de boa parte dos Kalungas, porém teve essa perspectiva contrariada com a pouca possibilidade de funcionamento de salas de EJA nas localidades onde residem.

Para que o processo seja bem acompanhado percebeu-se a necessidade de encontros pedagógicos e até mesmo visitas de acompanhamento com mais frequência, esse fato foi colocado por todos os professores entrevistados e constatados com as demais informações colhidas pelo parceiro, educadora da FBB e coordenadoras.

Quanto à proposta metodológica o ritmo e cultura da comunidade Kalunga em muito contribuiu para sua aplicação nos aspectos: afetivo, cognitivos, cultural, econômico, social, ambiental e de coletividade. O sentimento de pertença à etnia foi um forte fator de aproximação dos grupos nos povoados onde funcionaram as salas de aula e ao mesmo tempo um acentuado desinteresse em conhecer a educação quilombola, foi uma reação contraditória, mas compreensível diante das memórias de sofrimento e discriminação relatadas pelos mais velhos.

Conforme o acompanhamento efetuado pela educadora da Fundação, nem todos os alfabetizandos fizeram os diagnósticos¹¹, sendo esse, talvez, um dos motivos da grande divergência nas informações prestadas pela coordenadora geral e pela educadora que fez o acompanhamento do processo de alfabetização.

Da parte da coordenadora ela não possui cópia dos últimos relatórios que enviou ao parceiro e esse por sua vez também não ficou com cópia, todos os documentos foram enviados à FBB, recebi a colaboração da educadora da Fundação e apenas por questões burocráticas não consegui todas as informações com os relatórios de acompanhamento. A coordenadora apresentou o resumo abaixo das localidades onde funcionaram as salas de aula ou também chamados núcleos do BBeducar.

¹¹ Instrumento aplicado no início do processo de alfabetização e no final para aferir o progresso de aprendizagem.

Localidades	No começo do curso	Ao final do curso
Cavalcante (GO)	16	14
Monte Alegre (GO)	10	10
Teresina de Goiás (GO)	8	8
Total	34	32

Quadro 2. Fonte educadora da FBB com ajuste da pesquisadora.

Tudo isso, bem como as dificuldades que encontrei para realizar a pesquisa demonstram as dificuldades enfrentadas por esses alfabetizadores que se dispuseram a realizar um trabalho que foi impulsionado pelo desejo de colaborar com a própria comunidade, pois enfrentaram a solidão de socializar suas dúvidas e também suas alegrias com alguém que pudesse orientá-los para avançar no processo de ensino-aprendizagem, isso se refere principalmente as poucas visitas de coordenação que tiveram durante todo o processo.

A questão de encaminhamento dos alfabetizados para salas de EJA foi uma decepção sofrida pela maioria dos envolvidos no programa de alfabetização, pois a situação descrita no primeiro e único encontro de acompanhamento pedagógico – (EAP), realizado na cidade de Cavalcante, em outubro de 2012, com a presença da educadora da FBB era bem promissora, porém o que aconteceu na prática foi desanimador.

As dificuldades mapeadas de acordo com os povoados pertencentes aos municípios atendidos, conforme os alfabetizadores foram:

Em Alto Paraiso funcionou uma turma no Assentamento Silvio Rodrigues, nesse não havia escola e nem transporte.

No município de Cavalcante, foram listadas as localidades onde não havia salas de EJA e nem transporte: Comunidade Rio Bonito; Fazenda da Prata; Salinas: Vão do Moleque; Malhadinha (de difícil acesso). Já na comunidade Kalunga Engenho II, existe estrutura e possibilidade de criar uma sala de EJA pelo Telecurso 2000 e em Vão das Almas teria que frequentar a escola em Cavalcante à noite, mas não tem transporte para os alunos.

A situação em Monte Alegre, não é muito diferente, embora exista sala de EJA no município que daria para algumas localidades participarem como: Fazenda Saco Grande; Fazenda Bom Jardim e Fazenda Barra, não existe transporte disponível para

transportar os alunos, já as localidades de: Fazenda Areia, Fazenda Triguizal; Fazenda Sucuri e Fazenda Riachão, além de não ter salas de EJA, ficam muito distantes do município, porém na localidade P.A. Atalaia, há sala de EJA e transporte para os alunos.

Embora com situações semelhantes, em Teresina de Goiás tem sala de EJA que funciona na escola do município, porém as localidades de: Diadema I; Abrobeira; Fazenda Ribeirão; Limoeiro e Comunidade Kalunga Ema, não têm transporte para locomoção dos alunos para frequentarem as aulas.

Diante desse quadro o panorama de encaminhamento à EJA dos educandos alfabetizados no BBeducar das comunidades Kalungas de Goiás não é muito promissor estruturalmente e politicamente.

Uma das ideias que discutimos e refletimos foi sobre a continuação da luta por espaços contínuos de estudos, salas de EJA associadas às questões de trabalho, na verdade seriam salas de Educação para Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT), uma proposta trabalhada pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE) que funciona na Ceilândia (DF), reivindicadas por parte da Associação Quilombo Kalunga (AQK), pois seria mais importante que a demanda fosse realizada de forma mais organizada e representativa.

Outra sugestão seria sugerir ao IASO que, se possível, faça um levantamento entre os alfabetizados para saber quem continua seu processo de escolaridade, pois em todas as entrevistas havia expectativa de continuidade tanto por parte dos educandos, como por parte dos educadores e até mesmo de outras pessoas da comunidade que não participaram do processo de alfabetização, mas que gostariam de estudar.

Diante da riqueza da natureza nessa região do cerrado, especificamente em Cavalcante com belas cachoeiras, íngremes trilhas, difícil acesso até mesmo para o deslocamento cotidiano acontece o que Morin considera o substituto da complexidade, ou seja, a simplificação para esclarecer e programar atividades que propõe novos desafios a comunidade Kalunga.

Respirar essa beleza viver esse contato direto com a natureza é um bom caminho para perceber que nada é completo e nesse sentido há uma convergência

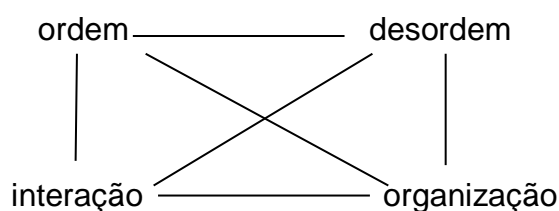
entre Morin e Freire no sentido de considerar que o problema da complexidade não é o da completude, mas a incompletude do conhecimento e do próprio ser humano.

Devemos tratar o processo educacional com as características que de fato ele representa tanto no aspecto individual o cuidar das eventualidades, das pessoas, de cada ser como no aspecto coletivo de lidar com a população que aqui quero traduzir a palavra população para a comunidade Kalunga com tudo que senti no acolhimento das pessoas povo em ação.

Sobre o aspecto de empoderamento na comunidade ainda tem pouco resultado no cômputo geral, mas percebe-se que as mulheres adquiriram mais confiança, não se submetem a alguns trabalhos pelo simples fato de ser mulher, exigem igualdade de tratamento e isso ficou patente na evolução cultural de algumas danças que só podia ser executadas por homens e elas conseguiram se integrar e formar uma nova coreografia que as contemplasse com a mesma valorização masculina.

Então no processo de luta por direitos, homens e mulheres quilombolas vão aos poucos superando a invisibilidade e evidenciando uma nova face da diversidade socioeconômica e cultural do Brasil. Essa evidência foi bastante fortalecida com o Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal que fortaleceu o poder das mulheres quando a elas atribuiu a responsabilidade de administrar os recursos financeiros, colocando o cartão em seu nome.

Interessante observar que a realidade posta precisa ser refletida e que as contradições são excelentes oportunidades de aprofundar nossos conhecimentos, Morin trabalhou a estrutura do tetragrama¹² abaixo como fonte de conceber o universo como fonte de uma dialógica entre esses termos que são antagônicos e que também se complementam, ele nos permite conceber uma espécie de jogo de formações e transformações, enfim pode-se visualizar a complexidade do indivíduo, da educação e mesmo do universo.



¹² Conjunto de quatro letras que forma palavras, firma ou sinal. Dicionário eletrônico novo Aurélio, 2010.

Essa imagem, de quatro palavras, demonstra uma síntese do que representou a pesquisa realizada, a convivência com esses aspectos foram bem fortes e a conclusão é de que elas de fato se complementam e que a comunidade Kalunga dialoga muito bem com essas contradições e está sempre esperançosa de conseguir vencer suas lutas, sendo a mais almejada a regularização fundiária que talvez seja, para eles semelhante a uma certidão de nascimento. É o documento de suas raízes, é assumir seu território com orgulho.

Conclui-se que o conhecimento científico complementa e fortalece o conhecimento prático, mas para ser eficiente a teoria necessita de métodos, pois ambos se integram e são indispensáveis ao conhecimento. Isso ficou bem visível ao constatar o trabalho de formações dos alfabetizados e suas práticas.

Como diria Descartes, o método é a arte de guiar a razão nas ciências, então percebe-se a importância da aprendizagem e aplicação de métodos pois é aí que entra a atividade pensante do educador, onde a atividade da pesquisadora como procurante, mas ao mesmo tempo, conhecente e pensante quer conhecer, colaborar e refletir em que os dados e informações recebidos podem melhorar a ação alfabetizadora e educacional.

Nessa experiência de alfabetização na comunidade Kalunga, e fazendo uma analogia com tetragrama de Morin, eles convivem com a ordem (em seu desejo de aprender e se informar), com a desordem estrutural (na ausência de políticas públicas que atendam as demandas da comunidade), com a interação (na relação de interesses, nas estratégias e na união de seres com poder de escolha e de decisão) e ainda com a organização (onde são os atores e sujeitos da comunidade, vivem um processo de tomada de consciência dos vários problemas éticos, jurídicos e socioeconômicos) para agirem em prol da liberdade que tem raízes fincadas no solo, com a regularização fundiária.

Portanto a educação exige de fato ciência com consciência, onde cada ser humano tem a sua importância na construção da sociedade.

Diante das experiências realizadas tanto no Brasil como no mundo, a alfabetização de jovens e adultos, quando tratada e enfrentada através de campanhas tem obtido um bom resultado. Uma das experiências mais exitosas, foi a campanha de alfabetização cubana, quando o Comandante Fidel Castro, líder da revolução,

convocou estudantes e trabalhadores a se transformarem em mestres voluntários. Essa experiência tem sido disseminada e aplicada em várias nações. Conforme Nicolielo (2009), *“Cuba é a nação latino-americana com a menor taxa de analfabetismo, registrando índices inferiores a 1% entre jovens e adultos. Todas as crianças e adolescentes cubanos frequentam a escola, que é obrigatória por nove anos e gratuita até a faculdade”*.

Tivemos recentemente no Distrito Federal, o “DF alfabetizado”, cujo resultado foi divulgado em maio de 2014, também como uma campanha exitosa. O distrito Federal recebeu o selo de Território Livre de analfabetismo. É um certificado emitido pelo Ministério da Educação (MEC) que eleva o DF a outro patamar nos níveis de educação nacional. Segundo Cabral (2014) *“O Distrito Federal é a primeira unidade da Federação a receber a classificação, se tornando referência nacional no combate ao analfabetismo”*. Então, Brasília conseguiu atingir o índice preconizado pela Unesco em 2014, tem uma população de 96,7% de pessoas alfabetizadas.

Então existem caminhos que já apresentaram bons resultados, mas na verdade é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que visem o atendimento das comunidades que vivem a margem da sociedade de forma comprometida por todas as esferas de governo: municipal, estadual e federal.

Seria muito bom fazer uma roda de conversa com Morin, Freire, Vygotsky e outros intelectuais para tratar da questão da educação a partir de sua base, a vida. E nessa discussão falar sobre a complexidade de aplicação de um novo jeito de distinguir o “joio do trigo”, ou seja, compreender o diferente e tratá-lo como diferente na relação com os outros e com o mundo e apreender que cada um de nós é um ser político e como bem disse Freire (1987, p.92):

E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções.

Colocando ainda nessa discussão o líder comunitário dos Kalungas com seus contos e relatos, a utopia dos educandos de continuarem seus estudos, a busca pela regularização fundiária, os educadores com novas aspirações de vida, as diversas instituições que se dispõem a trabalhar a dialética com dialogicidade, ouvindo os moradores, trabalhando a formação e levando mais informações com a perspectiva de contribuir para a melhor qualidade de vida da região e a consciência de

preservação do planeta experimentada nos projetos de desenvolvimento sustentado¹³, estaríamos fazendo uma verdadeira práxis educacional inovadora, contando com o compromisso e corresponsabilidade de todos na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A aplicação da proposta do BBEducar foi precedida da formação inicial de educadores, realizada como preparação que antecipou a ação alfabetizadora que tende a melhorar os índices de alfabetização da comunidade Kalunga.

Além de atender a demanda da comunidade existe uma série de procedimentos que devem ser conjuntamente assumidos entre FBB, parceiro, no caso o IASO e a própria comunidade que ao indicar os alfabetizadores, sabe da necessidade de uma formação continuada, de um planejamento de visitas e acompanhamentos pedagógicos e de uma forte campanha de sensibilização para motivar os alfabetizandos a participarem e assumirem esse compromisso com eles mesmos.

Percorrida essa etapa do trabalho foi gratificante confirmar que a educação de jovens e adultos é um fato fundamental na contribuição e capacitação para o processo de organização da comunidade, pois além das informações adquiridas, a formação mobiliza a comunidade para querer sempre mais, como foi dito por alguns alfabetizados: *“A alfabetização abre caminhos para melhorar a nossa qualidade de vida”*.

Cumpramos ressaltar que as “diretrizes metodológicas”, a opção pela educação entre os membros da comunidade, as técnicas apreendidas, a adoção da flexibilidade na escolha dos conteúdos e a forma de transmiti-los demonstram que educadores e educandos são aprendentes no processo educacional e que a ciência precisa de consciência para fortalecer as oportunidades geradoras de novos conhecimentos.

¹³ Sistema de exploração mais racional dos recursos naturais que preservam o equilíbrio ecológico, reduzindo os danos ao meio ambiente.

<http://www.lgti.ufsc.br/O&m/textos%20complementares/desenvolvimento%20sustentado.pdf>.

Sugestões:

- ✓ Alguns aspectos na comunidade precisam de melhorias como ambiente de salas de aula e outros precisam de infraestrutura como mobiliário, lanches, material didático pedagógico e acompanhamento com orientação para que o sucesso seja alcançado.
- ✓ Lutar de forma organizada, junto com a Associação Quilombola Kalunga e outras que decidam fazê-lo pelo fortalecimento do Estado que é omissa na maioria das ações.
- ✓ Lutar pelos eixos:
 - Infraestrutura e qualidade de vida;
 - Inclusão produtiva e desenvolvimento local;
 - Direito e Cidadania
- ✓ Buscar compreender a aplicação dos recursos orçamentários aplicados no Programa Brasil Quilombola e reivindicar sua implantação nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, bem como em outros onde tem forte predomínio dos Kalungas.
- ✓ Lutar por políticas públicas que contemplem no mínimo: saúde, educação e cultura, concretamente podem iniciar com o funcionamento de sala de EJA, como se fossem laboratórios dessa ação de continuidade da escolaridade tão demandada nas diversas localidades atendidas pelo Programa BBeducar.
- ✓ Conforme consta no texto de Leite (2000) essas questões fazem parte da grande novidade da Constituição de 1988 com a introdução do novo campo dos direitos étnicos, então ainda precisa ser incorporado de fato ao estado brasileiro que passa a reconhecer uma formação social diversa e desigual e ainda tão distante de ser efetivada, pois precisa de uma mobilização maior dos movimentos organizados e culturalmente diferenciados.

Para encerrar de forma um pouco poética vale enfatizar que na vida temos nos cantos, os encantos e desencantos, pois a beleza natural dessa região do cerrado é de fazer pulsar o coração ao observar o por do sol, as cachoeiras com suas quedas d'água encantadoras e ao mesmo tempo desafiadoras e nessa mesma realidade as dificuldades para estudar, para ter uma distribuição de renda mais digna e ao mesmo sentir que em cada família ali sediada existe um "canto" para o fortalecimento do afeto e da união entre as pessoas.

E ainda conforme constante no apêndice do trabalho a efetivação de uma escola que atenda aos movimentos demandados pelo corpo e pela mente, esse cuidado é essencial e ficou evidenciado nas atividades escolares realizadas nas salas de aula que funcionaram no Sítio Histórico Quilombo Kalunga.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 14724. Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Normas Brasileira, 2011.

ARAÚJO. Paulo Magalhães. *Etnometodologia: consciência, linguagem e o fenômeno da vida cotidiana*. Sinais – Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHIN, UFES, Edição n. 11, v. 1, Junho, 2012.

AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica: diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos*. Piracicaba: UNIMEP, 1992, p. 21 a 26; 39 a 47.

BASSI, Nadia Solange S. & SILVA, Christian Luiz da. *Políticas Públicas e desenvolvimento local*. In: SILVA, Christian Luiz da. Políticas Públicas e desenvolvimento local: Instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. Documento PDF.

BEZERRA. Analúcia Sulina. *Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões-ceará (brasil): rumores e conflitos*. Dossiê publicado na Revista de ciências sociais, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 50-65.

BIANCH. Álvaro. *Pequeno e despretensioso guia para a confecção de um projetos de pesquisa*.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003a.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003b.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.

CABRAL. Ailim. Artigo *Alfabetizados somam 97,7% no DF*.

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2014/05/09/ensino_educacaobasica_interna,426805/alfabetizados-somam-97-5-no-df.shtml, disponível em 24 de maio de 2014.

CAMPBELL. Selma Inês. *Projeto Político Pedagógico: guia prático*. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2010. 156p.

CAVENAGHI. Suzana. *Gênero e Raça no Ciclo Orçamentário e Controle Social das Políticas Públicas – Indicadores de gênero e raça no PPA – 2008-2011*. Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 2007, p.187-205.

CHIZZOTTI. Antônio. *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios*. Revista portuguesa de educação, ano/vol. 16, número 002. Universidade Minho. Braga, Portugal, 2003, pp.221 – 236.

FREIRE. Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção literatura).

FINO. Carlos Nogueira. *A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais*. Universidade da Madeira, 2011.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Curso de Formação de Alfabetizadores – CFA*. Colaboração Educadores do BBEducar. Brasília, 2007.

HEINBORN. Maria Luíza; ARAÚJO. Leila; BARRETO. Andrea (Organizadoras). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPP – GER – Módulo IV*. Brasília. Cepesc. SPM. 2011.

Instituto Alvorada de Agroecologia de Sobradinho (IASO). Proposta e Plano de Trabalho, iaso.br@gmail.com, julho de 2012.

JÚNIOR. Augusto Rodrigues da Silva. *Festejo quilombola: o kalunga, o divino, o verso*. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. Ed. – 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

LEITE. Boaventura Ilka. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf.

LOCCA. Luciana Stephani Silva. *Comunidades quilombolas e estado democrático de direitos: desafio de efetividade das garantias constitucionais*. RCD – Revista Crítica do Direito – ISSN 2236-5141 – Qualis B1. Número 3. Volume 54, 2013. <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-3-volume-54/comunidades->

[quilombolas-e-estado-democratico-de-direitos-desafio-de-efetividade-das-garantias-constitucionais](#), disponível em 10 de junho de 2014.

MACON. Sônia Silva. ELSEN. Ingrid. *Estudo qualitativo utilizando observação participante – análise de uma experiência*. Acta Scientiarum 22(2):637-647, 2000 ISSN 1415-6814.

MARTINS, J.B. *Participative observation: a methodological approach to school psychology*. Semina: Ci. Sociais/Humanas, Londrina, v. 17, n. 3, p. 266-273, Sep. 1996.

MIRANDA. Shirley Aparecida de. *Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências*. Universidade Federal de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.

MORIN. Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Ed. Cortez, 2008.

_____. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. Revista e modificada pelo autor - !!ª. ed. Rio de Janeiro: Berrand Brasil, 2008.

NICOLIELO. Bruna. Artigo *As lições de Cuba*. <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/ensino-em-cuba-497480.shtml>, Disponível em 20 de maio de 2014.

Projeto Kalunga sustentável: *Cidadania e geração de renda*. Relatório com informações cumulativas dos meses 1 ao 29 do cronograma, 18 de abril de 2011 à 18 de setembro de 2013. Aprovado pelo Patrocinador em 29 de Janeiro de 2014.

ROSA. Lillian Ribeiro Rosa (roteiro e direção). *BBEducar Gorutuba: uma história de superação*. [Filme-vídeo]. Produção Digital Vídeo, edição Eduardo Alvarez Ruiz. Realização Fundação Banco do Brasil, DVD – duração; 15 minutos.

SALOMAN. Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. Preparação do original Mitsue Morisawa – 12ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SEVERINO. Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA. Debora Simões de. *Perspectiva de educação em uma comunidade quilombola*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas. Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo, nº. 3 p. 79 - 95, Ano 2, novembro, 2011.

<http://www.lgti.ufsc.br/O&m/textos%20complementares/desenvolvimento%20sustentado.pdf>, disponível em 25 de maio de 2014.

<http://www.lgti.ufsc.br/O&m/textos%20complementares/desenvolvimento%20sustentado.pdf>, disponível em 25 de maio de 2014.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data ___/___/___

Entrevista no. ___

Nome do/a entrevistado/a: _____

Entrevistadora/pesquisadora: _____

ASPECTOS SOCIAIS

1. Qual a sua localidade dentro da Comunidade Kalunga _____
2. Como se caracteriza sua família: () nuclear (pai, mãe e filhos) () extensa (pai, mãe, filhos e agregados) () mono-parental () (mãe e filhos ou pai e filhos)
3. Quantas pessoas formam sua família? _____
4. Quem são essas pessoas? _____
5. Faz parte de algum Programa do Governo Federal? () Sim () Não
6. Qual?

HISTORIA DA COMUNIDADE

7. Você conhece a história dos Kalungas? () Sim () Não
8. Você poderia contar algo dessa história?
9. Independentemente de sua resposta, se afirmativa ou negativa, qual seu interesse em conhecer ou saber mais sobre seu povo?

ORGANIZACAO ECONOMICA

10. Qual a atividade econômica principal do grupo?
11. Como essa atividade é organizada?
12. Existem problemas relacionados a terra?
13. Você poderia descrever um pouco essa realidade?

EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO

14. Você participou de algum curso de alfabetização? () sim () não
15. Na condição de alfabetizador/a ou de alfabetizando/a _____
16. Qual curso? _____
17. E do BBeducar () sim () não
18. Como a comunidade vivenciou esse projeto BBeducar?
19. Ele contempla aspectos da realidade e da história da comunidade kalunga?
20. O que poderia melhorar para atender os objetivos da alfabetização?
21. No caso de ser educador/a, a formação e atuação dos parceiros ajudou em que aspectos?
22. O que poderia melhorar?
23. Houve mudanças significativas?
24. Como a comunidade aceitou a entrada de programas de alfabetização?
25. Como aconteceu o trabalho de sensibilização e mobilização da comunidade para iniciar as ações de alfabetização?
26. Existe alguma perspectiva de continuidade dos estudos? () sim () não.
27. Quem são os participantes das ações de alfabetização?
28. Tem mais homens ou mulheres nas salas de aula?
29. A que você atribui essa situação?
30. Com os novos conhecimentos as pessoas passaram a ser mais empoderadas porque adquiriram mais conhecimento, ou não?
31. Participa ou participou de algum outro programa educacional?

QUESTÕES POSSÍVEIS A EXPLORAR NA ENTREVISTA SE FOR IDENTIFICADO PELO PESQUISADOR QUE O ENTREVISTADO PODE FALAR MAIS.

1. Conte um pouco como foi sua experiência com os projetos de alfabetização realizados na comunidade?
2. Em que eles mudaram sua vida e da comunidade?
3. De que maneira é possível se valorizar a história da comunidade Kalunga e a história de homens e mulheres negras nesses projetos de alfabetização?

APÊNDICE

"Para Sara, Raquel, Lia e para todas as crianças"

Carlos Drummond de Andrade

Eu queria uma escola que cultivasse
a curiosidade de aprender
que é em vocês natural.

Eu queria uma escola que educasse
seu corpo e seus movimentos:
que possibilitasse seu crescimento
físico e sadio. Normal

Eu queria uma escola que lhes
ensinasse tudo sobre a natureza,
o ar, a matéria, as plantas, os animais,
seu próprio corpo. Deus.

Mas que ensinasse primeiro pela
observação, pela descoberta,
pela experimentação.

E que dessas coisas lhes ensinasse
não só o conhecer, como também
a aceitar, a amar e preservar.

Eu queria uma escola que lhes
ensinasse tudo sobre a nossa história
e a nossa terra de uma maneira
viva e atraente.

Eu queria uma escola que lhes
ensinasse a usarem bem a nossa língua,
a pensarem e a se expressarem
com clareza.

Eu queria uma escola que lhes
ensinassem a pensar, a raciocinar,
a procurar soluções.

Eu queria uma escola que desde cedo usasse materiais concretos para que vocês pudessem ir formando corretamente os conceitos matemáticos, os conceitos de números, as operações... pedrinhas... só porcariinhas!... fazendo vocês aprenderem brincando...

Oh! meu Deus!

Deus que livre vocês de uma escola em que tenham que copiar pontos.

Deus que livre vocês de decorar sem entender, nomes, datas, fatos...

Deus que livre vocês de aceitarem conhecimentos "prontos", mediocrementemente embalados nos livros didáticos descartáveis.

Deus que livre vocês de ficarem passivos, ouvindo e repetindo, repetindo, repetindo...

Eu também queria uma escola que ensinasse a conviver, a cooperar, a respeitar, a esperar, a saber viver em comunidade, em união.

Que vocês aprendessem a transformar e criar.

Que lhes desse múltiplos meios de vocês expressarem cada sentimento, cada drama, cada emoção.

Ah! E antes que eu me esqueça:

Deus que livre vocês de um professor incompetente.